



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E
PARCELAMENTO DO SOLO, POLÍTICA URBANÍSTICA E HABITAÇÃO

PARECER FAVORÁVEL Nº 4975/2024

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 4516/2023

RELATOR: MARCELO LESSA

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A
DENOMINAÇÃO DO "TERMINAL
MAURINHO BRANCO"
LOCALIZADO NA ESTRADA
PHILUVIO CERQUEIRA
RODRIGUES, 3º DISTRITO DE
PETRÓPOLIS.**

I- Relatório

Trata-se de um Projeto de Lei do Exmo. Vereador Dudu que visa Renomear "TERMINAL MAURINHO BRANCO" LOCALIZADO NA ESTRADA PHILUVIO CERQUEIRA RODRIGUES, 3º DISTRITO DE PETRÓPOLIS.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação, conforme disposto pelo Art. 35, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis:

Art. 35. *Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:*

a) *exame e emissão de parecer sobre todas as proposições e matérias relativas à:*

1 - *cadastro territorial do Município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, zoneamento, uso e ocupação do solo;*

2 - *criação, organização, suspensão ou divisão do território, em áreas administrativas;*

b) *proposições relacionadas com problemas de política urbana e uso do solo;*

c) *proposições e iniciativas da Administração Municipal relacionadas com o Planejamento Urbano, com a ação das entidades e associações de apoio comunitário e com o desenvolvimento socioeconômico do Município.*

d) *regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação e alienação e concessão de terras públicas;*

e) *proposições e matérias relativas a planos gerais ou parciais de urbanização e ao Cadastro Territorial do Município, inclusive referentes à denominação de logradouros*

públicos, quando, neste caso, será ouvida em primeiro lugar e oferecerá parecer depois de verificar "in-loco" a existência das condições exigidas;

f) matérias relacionadas com a política urbanística do Município, inclusive, de saneamento, habitação popular e recuperação urbana.

II – VOTO

Conforme a Lei Nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, no Capítulo I, Disposições Preliminares, o Artigo 2º:

Art. 2º. *O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.*

(...)

§ 5º *A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.*

§ 6º *A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de:*

I - vias de circulação;

II - escoamento das águas pluviais;

III - rede para o abastecimento de água potável;

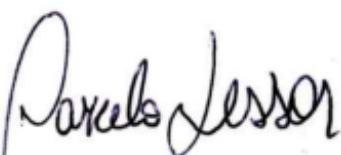
IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

Ante o exposto, nos manifestamos **Favorável** à tramitação desta proposição.


III - PARECER DAS COMISSÕES:

A Comissão Permanente de Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, Política Urbanística e Habitação (Presidente) manifesta-se FAVORÁVEL à tramitação desta proposição.

Sala das Comissões em 03 de julho de 2024



MARCELO LESSA
Presidente



FRED PROCÓPIO
Vice - Presidente



JUNIOR PAIXÃO
Vogal